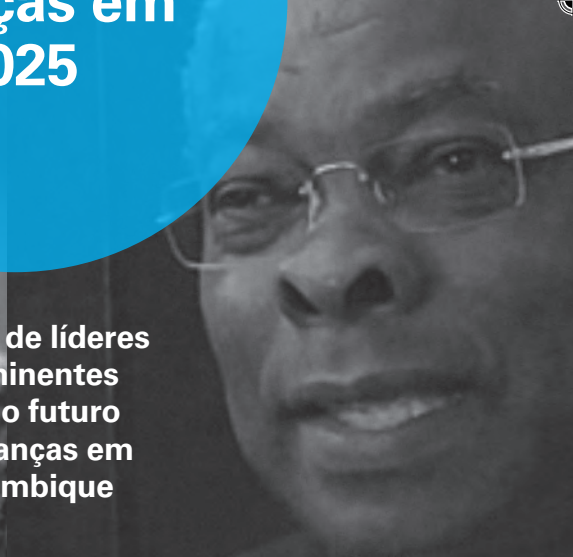
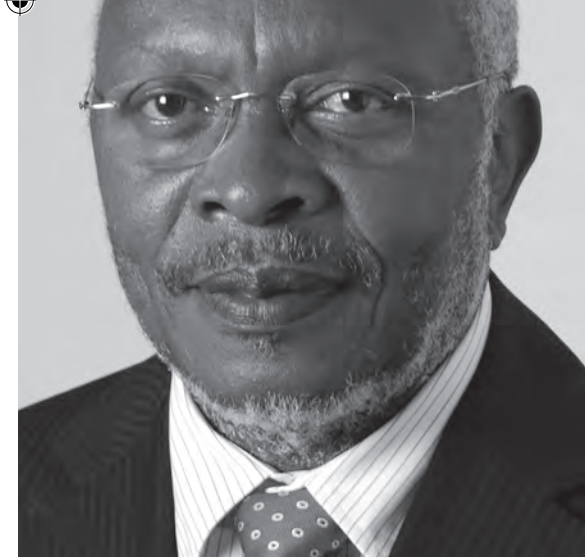




**As nossas  
crianças em  
2025**

**Opinião de líderes  
proeminentes  
sobre o futuro  
das crianças em  
Moçambique**



# As nossas crianças em 2025 Opinião de líderes proeminentes sobre o futuro das crianças em Moçambique

As entrevistas estão organizadas por ordem alfabética

Em Agosto de 2013, o jornalista Tomás Vieira Mário reuniu-se com alguns dos líderes de opinião mais influentes do país para discutir sobre um tema do nosso interesse: o futuro das crianças em Moçambique. Além disso, durante as discussões sobre as prioridades e desafios do Governo com o Representante do UNICEF Koenraad Vanormelingen, realizadas em Agosto e Setembro de 2013, alguns membros do Conselho de Ministros do Governo Moçambicano partilharam as suas opiniões sobre o futuro das crianças. A presente publicação reúne excertos das entrevistas e resultados dessas discussões.

Desde o Antigo Presidente da República e anteriores Primeiros-Ministros a conceituados académicos e activistas de ONGs, foram convidados a responder ao mesmo conjunto de perguntas sobre qual será o futuro das crianças e a quem devemos prestar atenção para garantir que o futuro das crianças em Moçambique continue a ser brilhante.

A importância da educação foi destacada por muitos dos entrevistados, que, frequentemente, a colocaram como primeira prioridade para as crianças. A nutrição e a necessidade de se erradicar a fome foram outras questões urgentes que foram alvo de especial destaque. Uma preocupação levantada quase unanimemente foi sobre como a riqueza dos recursos naturais poderá eventualmente afectar a sociedade. Alguns mencionaram a possibilidade de agitação, outros foram mais optimistas, com muitos a enfatizar a necessidade de se garantir que a riqueza seja, também, distribuída aos mais desfavorecidos, especialmente as crianças.

SEGUNDO AS PALAVRAS DO PRIMEIRO-MINISTRO  
ALBERTO VAQUINA:

**“A criança é uma bela flor  
que beneficia de todos os  
cuidados do jardineiro.  
A criança representa o futuro.”**



**AIUBA CUERENEIA**  
**MINISTRO DA**  
**PLANIFICAÇÃO**  
**E DESENVOLVIMENTO**

Aiuba Cuereneia é Ministro da Planificação e Desenvolvimento desde 2005. Ele também é o Governador de Moçambique junto ao Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Anteriormente trabalhou no Ministério da Administração Estatal. O Sr. Cuereneia é economista.

**“... a realizar esforços na área de doenças endémicas, tais como o HIV e SIDA.”**

**Como é que as crianças estão reflectidas no trabalho e nas prioridades do seu ministério?**

No nosso trabalho sobre as questões sociais, o ensino primário está no topo da agenda. E eu acho que deve ser ligado à agricultura. O governo está a investir na formação profissional. Neste momento, todos os 128 distritos têm uma escola secundária. A ideia é que todos os distritos tenham também centros de formação profissional. Na saúde, estamos a aumentar os esforços no controlo de doenças endémicas, como o HIV e SIDA. As prioridades são controlar o número de novas infecções, bem como expandir o tratamento anti-retroviral (TARV). Este programa está a ser implementado em todos os distritos, mas o desafio é controlar as taxas de abandono, cuja causa principal é a capacidade nutricional dos pacientes. Na protecção social, o governo oferece assistência directa, através de transferências directas de dinheiro para os idosos, bem como para as crianças órfãs e vulneráveis, num esforço com vista a reduzir as disparidades e conseguir um desenvolvimento mais inclusivo. Todos estes aspectos fazem parte do pilar de redução da pobreza, que consta no plano quinquenal do governo.



**ALBERTO CLEMENTINO**  
**ANTÓNIO VAQUINA**  
**PRIMEIRO-MINISTRO**  
**E MOÇAMBIQUE**

Alberto Clementino António Vaquina foi nomeado Primeiro-ministro de Moçambique em 2012. Médico de profissão, ele foi Governador das províncias de Sofala e Tete. Trabalhou como médico na província de Nampula e foi Director Provincial da Saúde em Cabo Delgado e Nampula.

**“... O governo antevê uma sociedade em que a criança é uma linda flor que beneficia de todos os cuidados do jardineiro...”**

**Que desafios subsistem no cumprimento dos direitos da criança em Moçambique hoje?**

Um desafio para nós é o pleno cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança por causa da diversidade de Moçambique. As crianças das zonas rurais enfrentam desafios diferentes dos seus pares das zonas urbanas ou peri-urbanas. Com este aspecto em mente, o governo antevê uma sociedade em que a criança é uma linda flor que beneficia de todos os cuidados do jardineiro. A criança representa o futuro.

**Quais são as áreas que o governo prioriza para enfrentar esses desafios?**

As prioridades do Governo incluem a melhoria do acesso e qualidade da educação, em particular para as mulheres e raparigas, que tem uma relação directa com a pobreza. Reconhecemos que a taxa de analfabetismo é muito elevada, razão pela qual os programas de educação e de alfabetização de adultos para as mulheres e raparigas são extremamente importantes. A educação é a chave para garantir o desenvolvimento sustentável e a longo prazo e a chave na preparação dos jovens de hoje para a força de trabalho de amanhã. A educação está directamente ligada à saúde, bem como à melhoria das condições de vida no futuro.

**E quanto a outros sectores como a saúde e protecção?**

Na saúde, o meu Governo reconhece os progressos encorajadores realizados no sentido de reduzir a mortalidade infantil em menores de 5 anos, mas as taxas de mortalidade neonatal e materna devem ser reduzidas ainda mais. O foco está e deve ser dado à saúde preventiva, bem como à saúde e as-

sistência curativa. A desnutrição crónica é grave, situando-se em 42%, e o governo deve garantir a segurança alimentar, mas é importante também tratar da questão do uso dos alimentos pelas famílias. A questão não é apenas a escassez, mas a combinação adequada de quando e onde os alimentos estão disponíveis. Em termos de protecção, queremos proporcionar um ambiente seguro para os nossos filhos, com sistemas de protecção social que os irão defender do mal, violência, abuso e exploração sexuais.

#### De que forma as comunidades podem ser envolvidas neste trabalho?

Os líderes comunitários têm sido fundamentais na implementação de programas do Governo. Os agentes polyvalentes elementares e os líderes religiosos são fundamentais para fazer passar as mensagens certas para as comunidades, mas os líderes comunitários ou tradicionais também podem estar envolvidos neste trabalho. É importante que o UNICEF e os seus parceiros lhes proporcionem as competências e habilidades necessárias. Também podem facilmente mobilizar e educar as comunidades para a mudança de comportamento em relação à nutrição, educação das raparigas, HIV e SIDA e noutras áreas.

#### E sobre a indústria extractiva e os efeitos sobre as crianças?

Com o desenvolvimento da indústria extractiva, é importante minimizar qualquer impacto negativo sobre as crianças e jovens. Na Cidade de Tete, por exemplo, tal como noutras cidades em crescimento, estamos preocupados com a concentração de um grande número de imigrantes que vivem longe das suas famílias, que poderiam ter um impacto significativo na vida dos jovens. As pessoas em condições similares tendem a ficar expostas aos males sociais, como o HIV e SIDA. A exploração sexual de crianças e o trabalho infantil tornam-se questões preocupantes.



**“Quando falamos dos problemas das crianças em Moçambique, uma grande lacuna salta à vista: não existe política nem estratégia para as crianças em Moçambique.”**

#### **ALBINO FRANCISCO** **COORDENADOR DA REDE** **DAS ORGANIZAÇÕES** **DA SOCIEDADE CIVIL** **PARA OS DIREITOS DA** **CRIANÇA**

Albino Francisco, Coordenador da ROSC, Rede das Organizações da Sociedade Civil para os Direitos da Criança, sem fins lucrativos, cujo objectivo é a capacitação, a advocacia e a sensibilização social, a fim de avançar e proteger os direitos da criança. A ROSC facilita a coordenação entre as Organizações da Sociedade Civil interessadas em assuntos da criança, que procuram o intercâmbio de experiências e de informação e criam sinergias para que a promoção e a protecção dos direitos da criança sejam realizadas de forma mais articulada e eficaz, permitindo a expansão dos resultados, tudo no melhor interesse da criança.

#### Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?

Em termos de visão, em dez anos, esperamos ver as crianças moçambicanas livres de todas as formas de violência. Outra questão preocupante é a justiça de menores, uma questão de grande preocupação sobre a qual não se fala muito. Muitas destas crianças acabam por receber o mesmo tratamento que é dado aos adultos, nas mesmas celas que os adultos. Não temos tribunais especializados para julgar casos de crianças em conflito com a lei.

Outras áreas são a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças. Falamos de um maior acesso à educação, que vamos atingir os Objectivos do Milénio, mas coloca-se sempre o problema da qualidade. Ainda encontramos muitas crianças que terminam a sétima classe com graves problemas de leitura e escrita. As meninas, em particular na zona rural, não são capazes de obter o ensino primário e terminar o ensino secundário por causa dos casamentos prematuros.

A falta de acesso aos cuidados de saúde provoca a mortalidade infantil. O tráfico de crianças é um problema, mas não deve ser equiparado aos outros problemas já mencionados. Dados não existem. Existem alguns estudos isolados que abordam o fenómeno, mas ainda não podemos falar sobre isso com muita certeza. Quando falamos dos problemas das crianças em Moçambique, uma grande lacuna sempre salta à vista: não há política nem estratégia para as crianças em Moçambique. Existem Planos de Acção Nacionais para a Criança (PNAC). Agora, temos o PNAC II. Após o PNAC I, a expectativa foi que o governo elaboraria a Política e a Estratégia Nacionais

para a Criança. Mas, isso não aconteceu. A ROSC clarificou a nossa posição ao governo que o país necessita de uma política e estratégia nacionais para a criança. Apenas com base numa política poderemos concentrar e vincular as intervenções do governo, parceiros externos, organizações da sociedade civil, numa direcção pré-definida, às áreas prioritárias, etc. Com o plano nacional, o governo alocará, também, recursos para implementá-la. E agora, com as indústrias extractivas e outras, há muita conversa sobre responsabilidade social corporativa. A política nacional da criança estabelecerá claramente como as empresas devem intervir em benefício das crianças e não deixar cada uma fazer o que deseja, como acontece agora.

Isto torna-se ainda mais grave quando se sabe que, a nível governamental, a área da criança é tratada por dois ministérios: o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS). E o MMAS é um ministério relegado a um papel secundário em termos de recursos e capacidade institucional. Por esta razão, toda a actividade desenvolvida em Moçambique, na ausência de uma Política Nacional, é mais acção de grupos militantes, mais motivados individualmente, e não acção de implementação da política geral do país.

### O que o UNICEF deve fazer para contribuir melhor para o desenvolvimento da criança nos próximos 5 a 10 anos?

Talvez se possa fazer mais para fortalecer a capacitação institucional, e ajudar o governo, com a participação de todos os sectores interessados, na elaboração da política e da estratégia nacionais para a criança para os próximos 5 a 10 anos. Isso teria mais impacto do que medidas pontuais. Uma política nacional para a criança que abranja todos os sectores responsáveis e encarregados será o principal desafio. Além disso, será também importante trabalhar para conseguir melhor coordenação entre todos os sectores envolvidos em acções a favor das crianças. Outra tarefa que o UNICEF poderá realizar é documentar, fazer estudos aprofundados que possam servir de base para se poder fundamentar as políticas.



**ALCINDA DE ABREU**

### MINISTRA DA COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL

Alcinda António de Abreu foi nomeada Ministra da Coordenação da Acção Ambiental em 2008. Antes disso, ela foi Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Ministra para a Coordenação da Acção Social. Ela tem o grau de Mestrado em Desenvolvimento Rural e Licenciatura em Psicologia e Pedagogia.

### “Durante a época das cheias, um desafio fundamental para o ministério é minimizar a interrupção escolar para as crianças.”

#### Como é que as crianças são priorizadas no trabalho do Ministério?

Uma das nossas tarefas é garantir que o currículo do ensino secundário inclua questões ambientais. Por exemplo, nós trabalhamos com os Clubes Ambientais, que estão baseados nas escolas. A intervenção mais visível foi o lançamento da iniciativa presidencial “Uma Criança, Uma Árvore” e outras actividades, tais como jardinagem e limpeza das escolas. Num país que é sempre afectado por inundações e secas, um dos principais desafios tem sido a reserva de água durante a estação seca através de sistemas de aproveitamento de águas pluviais. Uma outra questão é a salinidade das águas subterrâneas, o que dificulta o acesso à água potável pela população costeira e afecta a produtividade agrícola. Durante a época das cheias, um desafio fundamental para o ministério é minimizar a interrupção escolar para as crianças. Isto é algo que requer uma coordenação com outras entidades envolvidas na educação e gestão de calamidades. Também trabalhamos em actividades de resiliência e mitigação, tais como o plantio de árvores e reflorestamento.



## ALEXANDRE MANGUELE MINISTRO DA SAÚDE

Alexandre Lourenço Jaime Manguele é Ministro da Saúde desde 2010. Médico de profissão especializado em Saúde Pública, desempenhou as funções de director e médico-chefe em várias províncias de Moçambique e de Director Nacional de Saúde Pública durante mais de 10 anos, antes de se tornar ministro.

### E quanto ao impacto ambiental da indústria extractiva?

A legislação ambiental em Moçambique é muito forte em comparação com a dos países vizinhos. Não realizamos estudos ambientais para actividades económicas. Antes de começarem a operar, as próprias empresas são obrigadas a realizar estudos de impacto ambiental. O nosso papel é desenvolver os termos de referência e, posteriormente, analisar os estudos numa óptica social, biológica e económica. Trabalhamos em estreita colaboração com os ministérios da Saúde, Agricultura, entre outros. As empresas que pretendem implementar projectos são aconselhadas a elaborar um plano para a gestão ambiental e reassentamento (caso seja necessário). O regulamento também recomenda uma consulta pública no seio das comunidades ou através de programas de rádio. O MICOA desempenha um papel durante as audiências públicas, mas a capacidade é limitada.

### “Temos de diminuir as taxas de mortalidade materna e neonatal.”

#### Quais são as prioridades do Ministério para a saúde materna e infantil?

Registámos bons progressos na redução da mortalidade infantil, mas temos de diminuir as taxas de mortalidade materna e neonatal. É fundamental aumentar o número e acesso a parteiras qualificadas para alcançar este objectivo, juntamente com intervenções baseadas na comunidade. A vacinação é uma área em que o Ministério possui uma longa experiência com o UNICEF, cujos resultados são a diminuição da mortalidade infantil em menores de 5 anos, graças a uma grande cobertura das campanhas de vacinação. Nós gostaríamos de disponibilizar todas as vacinas recomendadas em Moçambique. A vacina pneumocócica foi introduzida para combater as doenças respiratórias, principais causas de morte de crianças menores de 5 anos no nosso país. Em 2014, esperamos introduzir a vacina contra o rotavírus, o que pode potencialmente reduzir as mortes diarreicas de menores de 5 anos em 40%. Contamos introduzir a vacina contra a malária, especificamente porque está a ser estudada no Centro de Investigação da Manhica, assim como a vacina contra o HPV para as raparigas adolescentes, que está comprovado que previne o cancro do colo do útero.

#### E sobre o HIV e o acesso ao tratamento?

O Ministério continua empenhado na eliminação da transmissão do HIV de mãe para filho e procuramos obter um maior apoio para a implantação da opção B+, esperando que, como parte desta implantação, as mães possam ser encorajadas a levar os seus filhos aos centros de saúde para receber tratamento anti-retroviral.

#### E a malária?

O acesso ao diagnóstico rápido e tratamento gratuito com TCA (Terapias de Combinação baseadas em Artemisinina) melhorou. Actualmente, usamos tanto a pulverização residual intra-domiciliária (PIDOM), como a distribuição de redes mosquiteiras tratadas com insecticida de longa duração (RMTI) para combater a malária. No ano passado, as metas da PIDOM não foram cumpridas. Somos de opinião que o Ministério deve usar todos os meios disponíveis para combater a malária, ou seja, tanto a PIDOM como as RMTI, embora alguns digam que o Ministério da Saúde só deva distribuir redes mosquiteiras.



**AUGUSTO JONE LUÍS**  
**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Augusto Jone Luís é Ministro da Educação desde 2012. Tem formação em pedagogia e educação e é professor de profissão. Ocupou vários cargos administrativos e académicos relacionados com a educação.

**“O nosso objectivo é reduzir o analfabetismo para 30% até 2015.”**

**Como descreveria os progressos alcançados na educação em Moçambique?**

Em 1975, o país herdou uma taxa de analfabetismo de 97%, que 5 anos mais tarde foi reduzida para 72%. Situa-se neste momento em 48%. A estratégia de combate ao analfabetismo visa reduzir esta taxa para 30% até 2015. Em 1979, o país tinha 7.000 escolas. Depois da guerra, em 1992, tinha baixado para 3.500, mas hoje existem mais de 15.000 escolas em Moçambique. Mas esta rápida expansão tem criado alguns problemas, nomeadamente em termos de qualidade, rácio aluno/professor, falta de carteiras, aulas que têm lugar debaixo das árvores. Hoje, o rácio aluno/professor reduziu de 75 para 63 alunos por professor. Maputo e Gaza têm rácios menores de 48-50, na Zambézia e Nampula são maiores do que a média nacional. A nossa principal prioridade é melhorar a qualidade da aprendizagem.

**Qual a importância do género na educação?**

Agora estamos a caminhar para a paridade de género e há casos em que existem mais mulheres do que homens. Para tal, uma estratégia importante é catalisar a colocação de professores nas escolas e assegurar que as preocupações das professoras sejam levadas em conta.

**E sobre a educação inclusiva para crianças portadoras de deficiência?**

Para demonstrar a importância que atribuímos à educação inclusiva, o Governo criou um Departamento de Educação Especial, bem como três Centros de Recursos Regionais de Educação Inclusiva, ou CREI.

**O que está a ser feito para aumentar o número de ingressos escolares?**

Queremos que as crianças se matriculem aos 6 anos de idade. Um aluno que for mal alfabetizado na primeira classe irá eventualmente continuar a ser analfabeto no futuro. Havia dois problemas: o pouco tempo para a inscrição e o baixo número de registos de nascimento. Prolongámos o período de inscrição para a primeira classe, que agora começa em Outubro e vai até Dezembro, e matriculamos as crianças, mesmo sem certidão de nascimento, se uma pessoa puder testemunhar a idade da criança. É o que chamamos de “matrícula provisória”.

**E quanto à educação profissional e técnica?**

Temos um currículo para o ensino secundário e queremos concentrar-nos no ensino técnico-profissional. O país tem apenas 100 escolas técnicas e é preciso mudar a ideia de que estas são apenas para os pobres. Hoje todos querem frequentar o ensino superior mas, em seguida, ficam no desemprego. Portanto, é importante fortalecer as escolas profissionais que possam levar ao emprego ou auto-emprego.





**SHEIK AMINUDIN MOHAMAD**

**PRESIDENTE DO CONSELHO DAS RELIGIÕES EM MOÇAMBIQUE (COREM)**

Sheik Aminudin Mohamad graduado pela Universidade de Teologia Islâmica em Karachi, no Paquistão, e em Medina, na Arábia Saudita. Foi conselheiro religioso da Comunidade Islâmica de Lisboa (Portugal), de 1980 to 1985. Actualmente desempenha várias funções de liderança religiosa e de diálogo inter-religioso e em vários programas da sociedade civil, incluindo como Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique e do Conselho das Religiões de Moçambique. Sheik Aminudin Mohamad é autor de cerca de 20 livros que tratam de vários temas sobre o Islão.

**“Desenvolvamos o país, beneficiemos dos nossos recursos, mas, com muita justice, justice social. Não pode haver discriminação.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Toda a gente agora tem alguma expectativa de ver o nosso país a seguir mais rapidamente em frente. Tenho acompanhado a situação em muitos países africanos, onde há recursos e automaticamente mãos externas aparecem para criar intriga entre a população, instigar guerras para permitir que outros entrem no país para extrair esses recursos. Acho que tudo começa e termina com a formação das pessoas. Ninguém se deve sentir de fora, porque isso não o beneficia. Para mais tarde, podermos entrar em conflito e ficarmos divididos. Desenvolvamos o país, beneficiemos dos nossos recursos, mas com muita justiça, a justiça social. Não pode haver discriminação.

**E a partir dessa perspectiva, como vê as crianças moçambicanas em 2025?**

Essa é uma pergunta muito importante para nós e para o nosso futuro. Quando falamos de crianças, acho que é muito importante para nós ver como poderemos garantir aos nossos filhos, primeiro, carinho e amor da família, porque é a partir daí que vem a educação, porque se costuma dizer que o berço e o colo da mãe são a primeira escola, mesmo antes de se ir para a creche, etc.

**Que outros desafios pode identificar para o futuro das nossas crianças?**

Parece que temos de ser claros sobre o que queremos fazer. Que desenvolvimento nós queremos aqui? Talvez o UNICEF nos possa ajudar a pensar. Temos que definir o que consideramos ser desenvolvimento. É desenvolvimento ter blocos de apartamentos altos? É desenvolvimento ter grandes supermercados? Muitos carros, ou seja: bens materiais? Precisamos de um equilíbrio, de desenvolvimento material com o desenvolvimento espiritual. Além de bons supermercados, carros, etc., também precisamos de pessoas bem-educadas, com fortes princípios éticos e respeito pelos mais velhos.



**BRAZÃO MAZULA**

**PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DEMOCRACIA**

Brazão Mazula, intelectual público, Presidente do Centro de Estudos sobre Democracia (CEDE). Brazão Mazula tem Doutoramento em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo. Foi Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), que organizou, com sucesso, as primeiras eleições democráticas multipartidária da história de Moçambique, em 1994.

**“Nenhuma criança deve ficar sem ser vacinada, nenhuma criança deve ficar fora da escola, nenhuma criança deve viver numa casa sem electricidade.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Moçambique tem sido caracterizado por movimentos históricos a cada 10 anos: a luta armada pela independência foi travada com sucesso em 10 anos. A primeira visão de desenvolvimento de Moçambique na década de 1980 era tirar o país da pobreza em 10 anos. Os dois prazos constitucionais do cargo de Presidente da República vão até 10 anos, etc. Vejo Moçambique muito concentrado na questão da paz durante os próximos 10 anos, uma paz que não se pode reduzir, simplesmente, ao silenciar das armas. Vejo a paz como a felicidade dos cidadãos, a possibilidade de se deslocar para qualquer lugar, á procura de melhores condições de vida, sem medo. Daqui a 10 anos, as crianças deverão ter transporte seguro para a escola. Devemos nos tornar num país que nunca permite que uma criança vá para guerra.

## Qual será a situação das crianças moçambicanas em 2025?

A exploração racional dos nossos recursos poderá tornar Moçambique num país de desenvolvimento humano médio, em 2025. A exploração dos recursos naturais provoca um novo fenómeno na sociedade, que devemos gerir com sabedoria, tal como o novo movimento migratório. Cidadãos de várias nacionalidades estão a vir para o país e estabelecem relações connosco, e deste relacionamento nascem crianças. É importante garantir, por exemplo, que elas sejam registadas. Isso significa que nenhuma criança deve ficar sem ser vacinada, nenhuma criança deve ficar fora da escola, nenhuma criança deve viver numa casa sem electricidade. Ainda temos os casamentos prematuros, as raparigas são forçadas a casar quando têm 10 ou 12 anos de idade, e muita violência. O tráfico de crianças também é um problema muito grave.



### **CADMIEL MUTHEMBA** **MINISTRO DAS OBRAS** **PÚBLICAS E HABITAÇÃO**

Cadmiel Filiane Muthemba é Ministro das Obras Públicas e Habitação desde 2010. Antes disso, o Sr. Muthemba era Ministro das Pescas de 2000 a 2009. Ele tem um diploma do Ensino Secundário e ocupou vários cargos administrativos relacionados com a Administração do Estado e a Agricultura e Pescas.

## “O saneamento rural e peri-urbano continua a ser um desafio fundamental.”

### Quais são os principais desafios que subsistem no seu sector?

O saneamento, tanto rural como peri-urbano, continua a ser um desafio fundamental. Durante muitos anos, foi prestada maior atenção ao abastecimento de água e menos ao saneamento, tanto em termos de desenvolvimento institucional e alocação de recursos. Foi recentemente criada uma nova instituição – a Administração da Infra-estrutura de Abastecimento de Água e Saneamento (AIAS) – com a responsabilidade principal de gestão global dos sistemas públicos de abastecimento de água nas pequenas cidades e sistemas de saneamento nas grandes e pequenas cidades.

### E quanto aos serviços de abastecimento de água sustentáveis em pequenas cidades?

Este é outro desafio. Neste momento, muitos dos sistemas de abastecimento de água nas pequenas cidades estão a ser geridos pelos governos distritais, mas temos de promover e desenvolver as capacidades dos provedores de serviços privados para que possam assumir a gestão eficaz e eficiente desses sistemas. Por último, precisamos de reforçar a coordenação intersectorial e a colaboração entre os sectores sociais, nomeadamente água e saneamento, saúde, educação para efeitos de complementaridade e para maximizar os resultados.



## **ENEAS DA CONCEIÇÃO COMICHE**

### **ECONOMISTA E POLÍTICO**

Eneas da Conceição Comiche é um economista e político, que tem assumido vários cargos no governo central, na Assembleia da República e no município da Cidade de Maputo. É deputado da Frelimo na Assembleia da República, onde preside a Comissão Parlamentar do Plano e Orçamento. No sector privado, foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Moçambique (BIM), o maior banco comercial do país.

**“O casamento prematuro ainda é um problema, mas as pessoas estão a despertar, especialmente as mães.”**

### **Qual é a sua visão de Moçambique em 2025?**

A minha visão é de um Moçambique mais unido em paz e a aprofundar a democracia, que são condições indispensáveis para o combate contra a pobreza que levará à sua erradicação. Se todas as acções na área da agricultura forem bem-sucedidas, poderemos reduzir os atuais índices de pobreza para metade até 2015 e reduzir a fome. É claro que existem desafios que devem se enfrentados com muito cuidado: melhor controlo dos desastres naturais, no sentido de melhor prevenção e maior capacidade de mitigar os seus efeitos.

### **E como vê as crianças moçambicanas em 2025?**

Naturalmente que todos estes cenários afectam as crianças, porque tocam na segurança alimentar e daí na nutrição das crianças. Também está claro que, até lá melhoraremos significativamente o nível dos cuidados primários de saúde e a qualidade da nutrição das nossas crianças. A taxa de mortalidade infantil está a diminuir. A distância entre as casas das crianças e as suas escolas também está a diminuir, bem como a distância dos postos de saúde. O acesso a água potável também está a melhorar, e com muitas infraestruturas de abastecimento de água em construção, a taxa aumentará, embora se reconheça que ainda poderemos enfrentar problemas para alcançar os Objectivos do Milénio. Existem outros desafios que devem atender. O casamento prematuro ainda é um problema, mas as pessoas estão a despertar, especialmente as mães.

### **Considerando o passado e tendo em conta o presente, que elementos nota que poderão apoiar essa visão do futuro de Moçambique?**

O que é muito importante agora é garantir que os recursos naturais sejam, realmente, explorados de forma sustentável e que beneficiem o país e as crianças para se evitar o cenário que em 20 ou 40 anos sejamos um país cheio de enormes buracos. Deve haver um debate mais profundo para tomar em consideração os estratos mais vulneráveis da sociedade. As coisas estão a acontecer mais rapidamente do que tínhamos previsto.

### **Como poderá o UNICEF colaborar melhor em Moçambique?**

Acho que o UNICEF está a realizar trabalho e as acções de advocacia, através das organizações da sociedade civil, devem continuar e ser reforçadas, a fim de garantir que os recursos dos Estado sejam canalizados, como uma questão de prioridade, para os sectores sociais mais desfavorecidos, incluindo acções de capacitação, tanto para as ONGs como para os próprios legisladores. Os procedimentos legislativos são, extremamente, importantes, mas ainda existem grandes pontos fracos, especialmente nas Assembleias Provinciais. E estes órgãos são, extremamente importantes, porque trabalham precisamente onde estão as comunidades mais desfavorecidas, têm uma relação mais directa com a população, mas têm menos capacidade de controlar e inspeccionar as acções do governo.



**ESPERANÇA BIAS**  
**MINISTRA DOS**  
**RECURSOS MINERAIS**

Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias foi nomeada Ministra dos Recursos Minerais, em 2005. Ela é licenciada em Gestão e desempenhou vários cargos em diversos departamentos do Ministério antes de se tornar ministra.

**“O Governo procura maximizar os benefícios do desenvolvimento da indústria extractiva.”**

**Qual é a posição do Ministério no que diz respeito à indústria extractiva?**

Todas as políticas moçambicanas são concebidas para maximizar os benefícios para os moçambicanos. O carvão em Moçambique foi descoberto em 1960 e, em 1980, as operações de mineração começaram com uma produção de 800.000 toneladas por ano. Neste momento, Tete está a produzir cerca de 7 milhões de toneladas por ano. Com este aumento na produção de carvão, o Governo decidiu melhorar a sua legislação, a fim de acomodar a rápida transformação que está a ocorrer no sector. O Governo também está a melhorar o regime fiscal com o objectivo de maximizar os benefícios, num contexto de concorrência internacional e constrangimentos estruturais no país. Hoje em dia, a contribuição do sector mineral para o orçamento do Estado é de 7%, promovendo o desenvolvimento de outras indústrias, como a de transporte, logística e outros serviços.

**De que forma estão a aumentar o espaço fiscal para as crianças?**

Está neste momento a ser discutida uma proposta de política de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para a inclusão obrigatória das actividades de RSC em todos os contratos corporativos relacionados com a educação, saúde e água. As intervenções de RSC devem estar em conformidade com os programas de desenvolvimento. O Governo deve estar sempre presente para garantir que os grupos populacionais que não beneficiem directa ou indirectamente da indústria extractiva também sejam abrangidos nas intervenções principais. Esta prática já está em vigor com a aprovação de um mínimo de 2,75% (30 milhões de MT/\$1 milhão) de impostos decorrentes das receitas de exploração que devem retornar para as comunidades onde as actividades de mineração estejam a ocorrer.

**O que sabemos sobre o impacto da indústria sobre as crianças?**

Há um desafio na avaliação do impacto do sector extractivo sobre as crianças. A questão de crianças mineiros, especialmente a mineração artesanal, é um exemplo disso, mesmo que haja a necessidade de pesquisas adicionais e colecta de factos, a fim de conceber programas específicos que possam resolver este problema.



**GIANNA ANTJE NOVELA**  
**MEMBRO DO**  
**PARLAMENTO INFANTIL**

Gianna Antje Novela é a Primeira Vice-Presidente do Parlamento Infantil cessante e membro permanente do Parlamento Infantil da Cidade de Maputo. Tornou-se activa no Parlamento Infantil em 2005. Em 2010, ficou membro do Parlamento Infantil Provincial e Nacional. Tem 18 anos.

**“A criança deve ser capaz de dizer que é criança, e que é importante e útil na tomada de decisões sobre todos os assuntos que lhe digam respeito.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Em 5-10 anos teremos um país que será relativamente melhor do que o actual. Mas, isso só acontecerá se todos pudermos contribuir para que isso aconteça. Será um país mais inclusivo, em termos de questões relativas à criança, sociais, políticas e até mesmo culturais. Todos devemos estar envolvidos, se quisermos tornar esse futuro de Moçambique uma realidade.

**Como é que as tendências passadas e actuais contribuem para isso?**

Felizmente, podemos dizer, hoje, que a sociedade civil e o governo agora reconhecem que a opinião das próprias crianças, que sofrem com os vários abusos e de falta de respeito pelos seus direitos, é algo importante. A sociedade civil e o governo estão de parabéns por isso. Os fóruns de reflexão têm ajudado muito na percepção das questões relativas às crianças, uma vez que são um espaço aberto para o público.

**Qual será a situação das crianças em 2025?**

Certamente que as crianças poderão ver os seus direitos mais respeitados do que são hoje. No Parlamento das Crianças, temos trabalhado intensamente para promover e proteger os direitos das crianças com a esperança de, no futuro, podermos vê-los implementados em todos os sectores do governo e fora dele, bem como na sociedade civil em geral. Queremos que as próprias crianças sejam as primeiras a conhecer os seus direitos, para que elas mesmas sejam capazes de exigir respeito e cumprimento desses direitos. Esperamos que as crianças tenham prioridade na tomada de decisão, porque há decisões que são tomadas e que não beneficiam as crianças, quer directa quer indirectamente.

**O que o UNICEF e o país em geral devem fazer, a fim de dar a melhor contribuição possível para o desenvolvimento da criança hoje? Nos próximos cinco anos? Nos próximos 10 anos?**

Hoje, o envolvimento de crianças no seio da sociedade é muito importante. Refiro-me à participação activa, através da criação de mecanismos que permitam que as crianças sejam consultados sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito, deixando, assim, de considerar as crianças como incapazes e que só têm o dever de estudar, obedecer, fazer o seu trabalho de casa, etc. A adopção e implementação de leis mais eficazes contribuiria positivamente, porque as crianças se sentiriam protegidas pela lei. Essas mesmas leis devem ser conhecidas pelas crianças, porque hoje há crianças que sofrem de vários tipos de abusos e que não sabem que estão protegidas por lei. Deve-se garantir um serviço mais amplo de assistência social, particularmente para as camadas mais vulneráveis da sociedade, que são as crianças, as mulheres e os idosos. Estratégias devem ser elaboradas para acabar com os males que afectam as crianças, tais como, o abuso sexual de menores, a exploração, a mendicidade, o trabalho infantil e os casamentos prematuros. A criação de mais espaços, onde as crianças podem dar as suas opiniões, ou fazer ouvir as suas vozes, fará avançar a forma pela qual os problemas diários enfrentados pelas crianças na sociedade são tratados - isto é, para além de debates televisivos e de parlamentos das crianças. A abertura e manutenção de mais espaços públicos para o entretenimento das crianças dos bairros suburbanos traria de volta as aspirações de infância, que parecem ter morrido juntamente com esses locais, e creio que isso reduziria o número de crianças que frequentam locais de diversão nocturna que foram concebidos para adultos. Com isso quero dizer que as crianças seriam crianças por mais tempo. Também acabaria com a especulação que só as crianças de ambientes ricos e com boas condições financeiras têm infância. Incluir a abordagem dos direitos das crianças na educação, nas escolas, seria uma



**IOLANDA CINTURA**  
**MINISTRA DA MULHER**  
**E ACÇÃO SOCIAL**

Iolanda Maria Pedro Campos Cintura Seuane é Ministra da Mulher e Acção Social desde 2010. Formada em engenharia química, tem outras especializações em Economia e Gestão de Petróleos, Género e Energia, bem como Administração Pública. Ocupou diversos cargos técnicos e administrativos no Ministério da Energia antes de se tornar Ministra da Mulher e Acção Social.

**“Temos de reforçar a nossa capacidade de detectar e apoiar as famílias mais vulneráveis.”**

**Quais são os desafios e as prioridades delineados no Plano de Acção Nacional para a Criança do Ministério da Mulher e Acção Social?**

As prioridades e desafios no apoio às famílias mais pobres e às crianças incluem a educação, com a construção de escolas e a formação de professores como prioridades, e com a expansão escolar, as taxas de abandono e a qualidade da educação são os principais desafios. No sector da saúde, o acesso aos cuidados de saúde e a sua promoção são as nossas prioridades, sendo o acesso universal à vacinação e diminuição da mortalidade por doenças preveníveis os restantes desafios. A água e o saneamento são fundamentais, sendo o acesso à água potável e saneamento para as comunidades remotas um verdadeiro desafio. Há uma necessidade de fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CNAC) para que possa desempenhar um papel significativo na garantia dos direitos da criança. Estamos também à procura de uma maior participação das próprias crianças.

**E quanto às prioridades do próprio Ministério?**

A capacidade de detectar e apoiar as famílias mais vulneráveis deve ser reforçada. O papel importante dos “permanentes” dos comités comunitários e do INAS para ajudar a identificar os mais vulneráveis faz parte da estratégia do Governo, mas ainda é uma tarefa difícil devido à escassez de recursos humanos no sector. A grande prioridade do meu ministério é garantir que as necessidades das crianças mais vulneráveis sejam atendidas.



**IVETE ALANE**  
**SECRETÁRIA**  
**PERMANENTE**  
**DO MINISTÉRIO DA**  
**MULHER E DA ACÇÃO**  
**SOCIAL**

**“Eu tenho a visão de um país onde as famílias terão uma vida condigna, com condições que garantirão o crescimento saudável das suas crianças, de modo a crescerem num ambiente de carinho e de bem-estar.”**

**Qual é a sua visão sobre as crianças em Moçambique daqui a 5 ou 10 anos?**

Eu tenho a visão de um país onde as famílias terão uma vida condigna, com condições que garantirão o crescimento saudável das suas crianças, de modo a crescerem num ambiente de carinho e bem-estar, onde as suas necessidades básicas serão satisfeitas. Actualmente temos um país que está a crescer com famílias que beneficiam de melhores condições de vida. É claro que ainda enfrentamos desafios, tais como, a desnutrição crónica em criança menores de 5 anos, mas a taxa de mortalidade infantil tem vindo a diminuir.

Devemos continuar a empreender esforços ainda maiores para se reduzir mais significativamente as taxas de mortalidade materna. Mas, o problema de desnutrição crónica representa realmente um importante desafio que enfrentamos, por causa do seu impacto sobre o futuro das crianças, uma vez que a desnutrição provoca problemas de desenvolvimento na primeira infância, e afectando também o desempenho escolar.

#### **Indicaria o combate contra a desnutrição crónica como uma prioridade?**

Esse é um dos desafios, dado o destaque no Plano Nacional para a Criança elaborado com a participação de todas as partes relevantes, incluindo o UNICEF. Incluímos o desafio na educação de garantir que as crianças, não só concluam o nível básico, mas também tenham acesso aos níveis seguintes e os concluam. Outras áreas relacionadas com a protecção social e jurídica, justiça de menores, registo de nascimento, frequentemente importante para a salvaguarda dos direitos da criança nos casos de divórcio, etc. Em seguida, também temos de expandir o ensino inclusivo para garantir que as crianças com deficiência possam usufruir dos mesmos direitos à educação como todas as outras crianças. Vinte anos após o fim do conflito armado, período em que se estava sob grande pressão devido ao fenómeno das crianças de rua, órfãs, etc., agora temos o fenómeno das “famílias de rua”, as crianças de rua de ontem são hoje chefes de famílias de rua.

#### **Em que áreas específicas, poderá o UNICEF concentrar a sua futura contribuição?**

Talvez, o UNICEF pudesse dar o seu apoio ao processo de reforma em curso dos programas de protecção social, que inclui o registo de nascimento e a justiça de menores para cuidados alternativos e ensino pré-escolar muito importante para a criação de bases sólidas nas crianças que entram no ensino básico, formação de pessoal em mudanças de comportamento, bem como o ensino inclusivo. Aqui ainda temos desafios muito importantes, incluindo a sensibilização dos pais e da sociedade em geral, especialmente em saber como lidar com a questão da deficiência. As comunidades e as famílias, por exemplo, parecem estar mais preparadas para lidar com a deficiência física, como perda de audição ou de visão, do que com problemas que afectam a mente. Também há o fenómeno dos abrigos para crianças, frequentemente criados apenas para aumentar o apoio do Estado ou de organizações humanitárias estrangeiras. Portanto, estabelecemos o princípio de normalização, com normas mínimas que devem ser cumpridas na prestação de serviços sociais, especialmente na acomodação ou instrução das crianças.

Uma reclamação recorrente contra o MMAS é que é relutante em conceber a Política Nacional para a Criança, limitando-se ao Plano Nacional, em vez de uma política que vinculasse todas as partes interessadas e obrigasse o Estado a alocar fundos para a implementação.

Pensamos que não existe falta de instrumentos para orientar as partes interessadas nas suas acções a favor das crianças. Além do Plano Nacional para a Criança, que foi elaborado com o envolvimento das organizações da sociedade civil, temos o Plano Estratégico do MMAS, o Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique, o Plano Estratégico da Educação, etc. Portanto, não nos parece que falte algum novo instrumento para realizar o nosso trabalho.



**JOÃO DE FRANCO  
CARRILHO**

**ESPECIALISTA EM  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÍCOLA**

João de Franco Carrilho, especialista em Desenvolvimento Agrícola, tem Mestrado em Teledeteção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEP) do Brasil. Foi Vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2000-2006), Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (1979 - 1999) e, nos últimos anos, tem realizado várias tarefas, actividades de investigação e trabalhos de projectos em gestão de terras, agro-negócios, segurança alimentar, etc.

**“As nossas crianças em 2025 deverão ter escolas à sua disposição, onde aprenderão mais do que ler e escrever, aprenderão a ser cidadãos.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Moçambique está numa encruzilhada. É possível imaginar, daqui a 10 anos, um país sem fome, um país sem escassez de alimentos tal como agora. A questão da segurança alimentar é muito importante. O país deve ser capaz de se alimentar porque tem potencial para isso.

**Como vê o passado e o presente a contribuir para essa visão?**

Devemos olhar para o campo de forma mais sistemática e mais estruturada. Existe o conhecimento local e experiência de governação suficiente para levar o país à auto-segurança alimentar. Mas para isso, precisamos de ter uma visão conjunta de todos os factores que podem intervir: áreas de produção, níveis de produção, produtividade, comercialização e agro-processamento, acesso a estradas, crédito bancário mais acessível, sementes de boa qualidade, valorizar o conhecimento dos camponeses, etc. Os programas de formação e de ensino devem estar alinhados com a visão do país, a fim de serem relevantes. Nesse aspecto, o nosso sistema de educação continua inadequado. Estamos, agora, a entrar na era da exploração de recursos naturais. Como podemos tornar os benefícios mais duradouros com impacto no futuro? Estamos a falar de recursos finitos que serão exportados, portanto, por que não considerar um fundo soberano de riqueza para gerir as receitas provenientes dos recursos naturais?

**Quanto ao fundo soberano de riqueza, diz-se que em África apenas incentiva mais corrupção, porque são capturados pelas elites no poder, etc. Olhemos para o caso de Angola: o Presidente do Conselho de Administração do Fundo é o filho do Presidente da República.**

Sim, esse pode ser um problema, gestão transparente. Mas, uma melhor estratégia poderia ser, por exemplo, indexar o fundo a um sector social ou económico estratégico, tal como a educação, iniciando com a educação das crianças. Assim, o fundo estaria limitado a um único objectivo estratégico nacional: tornar a educação o ponto de partida para o desenvolvimento, através de melhores escolas, formação em massa de professores altamente qualificados, reformas curriculares, centros de investigação científica, etc. Por exemplo, os alunos que concluem o ensino de nível médio ainda pouco beneficiam a si próprios e à sociedade. Não estão preparados para responder aos desafios da vida, através da auto-suficiência, etc. Nos últimos anos surgiu uma boa rede de escolas, mesmo de nível superior. Mas, o que falta é dar-lhe conteúdo relevante, boa qualidade e sempre com base na visão de desenvolvimento do país. Temos a matéria-prima necessária. Falta o passo decisivo: transformar esta matéria-prima em benefício das comunidades e do país.

**Qual será a situação das crianças moçambicanas em 2025?**

Ter as crianças moçambicanas livres da fome, parece ser uma ambição exequível até 2025 e ter todas as crianças na escola a receber educação de boa qualidade. Quando falo de educação, não me refiro apenas à educação escolar, ao ensino formal recebido na sala de aula. Refiro-me à educação no sentido mais lato do termo. Esta educação começa com valores, tais como, integridade e valores morais. A criança aprende mais com o exemplo, imitando os adultos, especialmente os pais, do que com a instrução que recebe sobre como se deve ou não comportar. Isso foi provado por muitos estudos científicos. Os pais, com a inclusão expressa dos homens, devem ter atitudes que inspirem a crianças se comportarem como verdadeiros cidadãos. Por exemplo, mostrando à criança que o sucesso depende muito do esforço pessoal no trabalho honesto. Só a escola não consegue alcançar isso. Na escola, precisamos de



pedagogos, não apenas pessoas que repetem às crianças o que vem nos livros. O pedagogo é alguém que sabe como transmitir conhecimentos. O pedagogo sabe como descobrir onde está o desafio para o aluno, a criança. As nossas escolas não têm pedagogos. As nossas crianças em 2025 deverão ter escolas à sua disposição, onde aprenderão mais do que ler e escrever, aprenderão a ser cidadãos. O papel dos pais deve ser muito importante, insisto na educação como exemplo, porque esta é a forma como a criança aprende melhor, tanto as boas como as más coisas.

### O que o UNICEF deverá fazer para contribuir melhor para o desenvolvimento da criança nos próximos 5-10 anos?

Insisto em toda a formação das pessoas desde de tenra idade para aprenderem que um cidadão tem direitos, mas também deveres. Isso implica um grande esforço para formar professores realmente competentes. A educação é base de tudo, a primeira condição para saber como viver na comunidade, em grupo.



#### JOAQUIM ALBERTO CHISSANO

#### ANTIGO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Joaquim Alberto Chissano, Ex-Presidente da República de Moçambique (1986-2004) e Presidente do Conselho de Administração do Fórum Africano da Política para a Criança. Em 1974, quando tinha apenas 35 anos, Joaquim Chissano tomou posse como Primeiro-ministro do Governo de Transição, que levaria Moçambique à independência, a 25 de Junho de 1975. Chissano foi posteriormente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e eleito Presidente da República Popular de Moçambique, liderando com sucesso profundas reformas socioeconómicas e abrindo o país para a democracia multipartidária e a economia de mercado. Chissano também conduziu, com sucesso, as negociações com a Renamo que terminaram com 16 anos de guerra e é considerado como o “Arquiteto da Paz”. Ao longo da sua carreira, Chissano assumiu altos cargos em organizações internacionais, incluindo como Presidente da Comunidade dos Países Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em Julho de 2003, foi eleito Presidente da União Africana. Joaquim Chissano fala cinco línguas fluentemente e é fluente em mais três.

### “É muito importante transformar os vários estudos e planos já existentes em resultados concretos.”

#### Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?

Quando deixei o governo, estava convicto que a pobreza continuaria a diminuir ao mesmo ritmo que deixei. Mas isso não é a realidade actual. Antes pelo contrário, houve mesmo uma desaceleração nesta diminuição de tal forma que agora podemos prever que o número de pessoas a viver na pobreza absoluta estará abaixo do 40% por volta de 2015. Mas, a nossa anterior previsão era que este número seria de cerca de 30% em 2015, a caminho dos 20% em 2025. Mas, podemos reduzir a pobreza até 20% em 2025. O nível de analfabetismo nas mulheres é ainda muito elevado. Mas, o desenvolvimento social aumentará substancialmente, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano, que é o mais difícil de aumentar. Mas, está em curso, apesar do facto de Moçambique estar ainda entre os dez países com mais baixa posição no Índice. Mas, penso que mesmo o IDH continuará a crescer, mesmo que o ritmo possa ser lento. O acesso à água potável está a expandir-se. A mortalidade infantil e materna deve, também, diminuir, de facto mesmo, como resultado de melhor acesso a água potável. A expansão da rede nacional de energia eléctrica, que está a chegar aos distritos, é muito importante porque tem impacto na prestação dos serviços de saúde (conservação de vacinas e de medicamentos nos centros de saúde, etc.) e na educação, porque se pode, agora, dar aulas à noite. A capacitação do Estado também é importante e haverá maior capacidade para garantir maior acesso à saúde e à educação. A pandemia do HIV/SIDA estará sob controlo daqui a 10 anos, mas ainda temos que intensificar o trabalho de combatê-la. A malária pode, também, reduzir, uma vez que continua a ter um grande impacto na mortalidade infantil e na de pessoas de todas as idades.

#### Sr. Presidente, como vê as crianças moçambicanas em 2025?

As crianças deverão estar livres da desnutrição. Esta deverá estar reduzida ao mínimo, com acesso satisfatório a alimentos. Isso significa que devemos garantir uma melhoria significativa na qualidade do desenvolvimento humano das crianças. Também deveremos ter as crianças livres da violência, que deverá estar reduzida ao mínimo, incluindo o abuso sexual, o trabalho infantil e os casamentos prematuros. Devemos, também, garantir que as crianças estejam melhor protegidas pela lei. A lei deverá ser aplicada corretamente e actualizada em cada fase de problemas, a fim de ser mais eficiente. A lei deverá proteger as crianças e os agregados familiares mais vulneráveis, tais como, os vulneráveis a conflitos, desastres naturais, etc. Na educação,

será necessário garantir a transição e conclusão do ensino secundário com capacidade para chegar à universidade e ao ensino técnico e profissional. O nível de ensino acima mencionado deverá estar preparado para acolher todas as crianças que concluíam o ensino primário.

**Sr. Presidente, quais são os factos do passado e do presente em que se baseia para elaborar essa visão de Moçambique nos próximos 10 anos?**

Olhando para o passado, vemos que tivemos uma guerra que destruiu o país durante 16 anos. Em 1992, tínhamos uma dívida externa que representava 200% do nosso PIB e a pobreza afetava 80% da população, com uma taxa de inflação de 50%. Alcançámos a paz e logo após elaborámos um plano de saída para erguer o país. Ele incluiu a reconstrução de infraestruturas e do tecido social, o combate contra a pobreza e o lançamento das bases para o desenvolvimento. Houve muitas transformações. Começámos com a inclusão de todos em todos os processos, todos estavam envolvidos. Num curto espaço de tempo, registámos taxas de crescimento anual acima dos 10%. A nossa dívida externa baixou para menos de 35% do PIB e os índices de pobreza baixaram em 10% de 1992 a 1997. O PIB cresceu dois dígitos e a inflação baixou um dígito. Introduzimos o sistema de democracia multipartidária, mantivemos a paz e conseguimos o perdão total da dívida externa. Esta experiência mostra que é possível crescer rapidamente e de forma sustentável. Actualmente temos o início da exploração dos recursos naturais, que podem incentivar o desenvolvimento. Isso, juntamente com boa governação, constitui uma base firme, uma grande oportunidade.

**Apesar de se considerar todas essas premissas de desenvolvimento sustentável que apresentou, deve haver também factores de risco e precauções que se devem tomar contra eles.**

Existe sempre um factor com o qual se deve ter cuidado: boa governação. Os avanços que alcançámos imediatamente após o fim da guerra basearam-se na boa governação e na preservação da paz. E agora, temos um novo factor: crescimento da população. Devemos prestar atenção ao crescimento demográfico e verificar se a taxa de crescimento da população não é superior ao crescimento económico. O governo e a sociedade devem estar atentos a este fenómeno.

**O que devemos fazer para contribuir para o desenvolvimento das crianças moçambicanas nos próximos 5 a 10 anos?**

Vou falar na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Fórum de Política de Crianças Africanas (ACPF) e de acordo com a sua Declaração sobre as Crianças em África, a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 que foi aprovada em 2013, e o desenvolvimento inclusivo e sustentável previsto para África no futuro próximo que deve colocar as crianças no seu centro. A Declaração estabelece uma série de áreas fundamentais que governos, empresas e organizações, incluindo organizações internacionais, tais como, UNICEF, ONGs, etc., devem dar prioridade, incluindo a garantia da satisfação gradual dos direitos de cada criança sem discriminação baseada na idade, deficiência ou outros, à eliminação da desnutrição, especialmente a desnutrição crónica, à eliminação da mortalidade infantil prevenível, ao acesso universal a um ensino primário de qualidade e à garantia da transição para o ensino secundário de todas as crianças. Não é suficiente olhar apenas para o ensino primário, porque a criança crescerá e não terá acesso ao emprego. Também incluímos a preparação dos adolescentes com conhecimento e habilidades que lhe permitem proteger-se dos riscos - as da saúde reprodutiva, tais como, o HIV/SIDA, o banimento e eliminação de todas as formas de abuso e de violência contra as crianças, através de sistemas de proteção da criança realmente eficazes, incluindo sistemas de justiça de menores e registo das crianças à nascença, que garante à criança os seus direitos. É muito importante transformar os vários estudos e planos já existentes em resultados concretos.



## JOSÉ ÓSCAR MONTEIRO

### ANTIGO MINISTRO DA INFORMAÇÃO, DE ESTADO NA PRESIDÊNCIA E DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

José Óscar Monteiro, Académico. Formado em Direito e com Mestrado em Estudos Africanos pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), Professor Monteiro leccionou na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, onde concebeu o Curso de Administração Pública. Também foi Professor Convitado na Faculdade de Gestão Pública e Desenvolvimento da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo. Monteiro assumiu vários cargos ministeriais, incluindo o de Ministro da Informação, de Ministro de Estado na Presidência da República e de Ministro da Administração Estatal, o último combinado com o cargo de Governador da Província de Gaza. Assumiu outras funções estratégicas, tanto na administração pública em Moçambique, como no meio académico, bem como Assessor Especial do Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para o processo de paz em Moçambique.

**“Nos próximos 10 anos, teremos, ainda, um país em transição, caracterizado pela complexidade que tem, com pobreza real e riqueza virtual a coincidirem na mesma pessoa.”**

#### Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?

É claro que nos próximos 10 anos, o país estará ainda em transição. E por agora temos que ter dois caminhos aqui. Um caminho, o que é o caminho do possível. O caminho do possível não é determinado pelo imitar ou repetir o que os outros fazem. Ele começa connosco a prosseguir, sem parar, enquanto repensamos, em termos estratégicos, sem prejuízo de continuar com as acções actuais, mas pensando sobre que educação dar às crianças, que mensagem queremos transmitir, e não começar por definir a mensagem que se deseja enviar às crianças, por tradição, por rotina e pelo universalismo, e só mais tarde fazer uma reflexão sobre o nosso país. E não é apenas a ideia do ensino em línguas nacionais, porque ainda é uma adaptação do modelo importado.

É muito importante aprender as formas de conhecimento da nossa sociedade e, eventualmente, melhorá-las através da introdução de novas formas. Acho que o sistema de educação tem sido um enorme desperdício. Estou plenamente convencido disso. O conhecimento existe na sociedade e estamos a ignorar isso. Acho que Moçambique pode ser um país próspero, mas devemos distribuir a riqueza de forma justa. E é claro que nos próximos 10 anos, ainda teremos um país em transição, caracterizado pela complexidade que tem, com a pobreza real e riqueza virtual a coincidirem na mesma pessoa. E quanto mais recursos são anunciados, mais este fosso - uma espécie de dupla personalidade - se torna evidente. Diria que a sabedoria dos políticos está em reconhecer isso e saber como o gerir.

É o exemplo do Brasil: grandes reformas sociais foram realizadas e novas necessidades foram despertadas. As pessoas viram a realidade da janela que estava bem baixo. Eleva-se o nível da janela e as pessoas começam a ver um horizonte mais amplo. Não acho que haja soluções e não conheço precedentes. Mas para qualquer mensagem, temos que usar os mecanismos ao nível das pessoas alvo. Se estou a comunicar com os jovens, devo usar os meios que estão ao seu nível. Há uma grande competição pela atenção das pessoas, até mesmo a das crianças e dos adolescentes. Assim, uma mensagem “pesada” não passa.

E qual será a dificuldade que terá aqui? É que nós, tradicionalmente, os que pensamos sobre os problemas das crianças são os adultos. Mas, paradoxalmente, embora as crianças não sejam capazes de pensar em políticas e de definir programas, são os grandes consumidores desses mesmos programas. Talvez a solução seja identificar, entre os jovens, os que são capazes de falar com outros jovens, a criança que é capaz de falar com outra criança. A melhor pedagogia vem de um dos colegas, o que chamamos de “pressão dos pares”.

#### O que poderia o UNICEF fazer como seu enfoque?

Vou-lhe dar um pequeno exemplo: o UNICEF dirige um pequeno programa sobre “Boa Gestão das Casas de Banho” nas escolas. O objectivo real não é a casa de banho, mas a ideia de limpeza, o respeito pelo bem público, a cidadania, o respeito pelos outros: deixar a casa de banho no mesmo estado que gostaria de a encontrar. É um exemplo muito simples, mas, ao mesmo tempo que carrega muitos valores. É mensurável. Pode-se criar mecanismos de incentivo, prémios para as escolas, para as salas de aula. E quando o prémio é concedido, fala-se, interpreta-se o que significa que este trabalho, elogiando ou criticando. No fundo, estou concentrado nas escolas. Mas devo dizer que também há o bairro onde as pessoas vivem: é necessário reservar alguns lugares para a socialização nos bairros, não se pode entrar em casa das pessoas, mas pode-se criar espaços comuns que servem de ponto de



## LUÍSA DIAS DIOGO

### ECONOMISTA. EX-PRIMEIRA-MINISTRA DE MOÇAMBIQUE

Luísa Dias Diogo, Ex-Primeira-ministra de Moçambique (2004 - 2010) e Ministra da Planificação e Finanças, é uma das figuras políticas mais ilustres de Moçambique dos últimos 15 anos. É Licenciada em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane em Maputo e tem Mestrado em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Foi reconhecida pela Revista Time, como uma das 100 personalidades mais influentes do mundo, devido à sua participação activa na reconstrução nacional no pós-guerra e nas transformações económicas e sociais do país.

encontro. Neste tempo de individualismo, precisamos saber como associar o espírito público com vantagem. A coisa mais importante é o espírito público. Temos de encontrar as formas mais inteligentes possíveis.

Em seguida, temos o problema da formação. Acho que o UNICEF tem que ser o suporte de como ensinar de forma eficaz, tendo em conta as formas de ensino e aprendizagem local: o conhecimento indígena. E aqui, faço mais perguntas do que dou respostas: o que é o conhecimento em geral, e qual é o conhecimento na sociedade moçambicana? Em suma: colocaria as minhas ideias neste quadro: metodologias, espírito público, formação.

**“Estamos numa situação onde é necessário ter recursos firmes para dar continuidade, de forma mais consolidada, não apenas com os recursos naturais, mas também fundamentalmente, com o apoio internacional.”**

### Qual é a sua visão de Moçambique em 2025?

Acho que Moçambique em 2018, 2025, será um país que, finalmente, estará a tomar medidas para consolidar todos os instrumentos das estratégias elaboradas até agora. É por isso que será um momento crucial, em que o país aparecerá como uma nação com uma perspectiva de sucesso, um país no ponto zero, no ponto de viragem para o desenvolvimento. Neste momento, estamos numa situação onde é necessário ter recursos firmes para dar a continuidade possível, agora de forma mais consolidada, não apenas com os recursos naturais, mas também, fundamentalmente, com apoio internacional, com base na agenda de desenvolvimento global e na agenda definida pelo país como um todo, dentro do concerto das nações. Vejo Moçambique, daqui a 5, 10 anos, como um país que estabelece, de forma sólida, indicadores mais positivos no que diz respeito à pobreza, ao Índice de Desenvolvimento Humano, à alfabetização que é muito importante para a absorção de tecnologia, e tudo indica que o país estará a avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. 2025 será um ano importante, um ponto de viragem.

### Que lições se devem aprender para o futuro?

Moçambique investiu sempre bastante na educação, disponibilizando recursos que sempre corresponderam de 17 a 20% do Orçamento de Estado, e esta cultura de investir nas crianças, na educação, na profissionalização e, agora, cada vez mais na formação profissional, tudo isto constitui a base do nosso passado. E, portanto, este passado irá impor-se no futuro do país. O mesmo ocorre com os investimentos na saúde materna e infantil. As iniciativas presidenciais nesta área, onde o UNICEF desempenha um papel importante, juntamente com a OMS, são sementes que semeámos, cujos frutos surgem agora na forma de redução da mortalidade infantil e materna. Os indicadores mostrarão isso, de forma mais consistente daqui a 5 ou 6 anos. Em infraestruturas, as grandes construções que agora se iniciam influenciarão esta estratégia no futuro, também orientarão as parcerias público-privadas. E nós devemos manter tudo isto. Não podemos permitir distrações que levem os indicadores da educação para menos de 20%, ou os indicadores da saúde para menos de 14% do Orçamento de Estado, ou que reduzam o investimento na agricultura para menos de 10%. Porque, quando falamos de agricultura, falamos do fortalecimento dos padrões nutricionais das crianças. E este tipo de distração, apenas, acontece quando não temos sentinelas e o UNICEF é uma destas sentinelas. Estes números do Orçamento de Estado são, extremamente, importantes para garantir que o passado seja um ponto de referência forte em que assenta esta visão do país no ponto de viragem a caminho para o desenvolvimento.

### Que imagem se poderá ter das crianças moçambicanas em 2025?

As crianças serão o nosso barómetro. Se formos bem-sucedidos, isso será visível através delas. A começar com a saúde materna e infantil, os indicadores da mortalidade nas crianças menores de 1 ano mostrarão se estaremos realmente a fazer progressos. A frequência escolar e a nutrição mostrarão se estamos a trabalhar bem ou não. Em 2025, vejo a taxa de analfabetismo, incluindo a dos adultos, provavelmente inferior a 40%. A taxa das crianças será, provavelmente, muito inferior à dos adultos, que são agora as metas da grande ofensiva de alfabetização e de educação de adultos, especialmente entre as mulheres. Mas, se mantivermos os actuais níveis de atenção, então, vejo as crianças a se desenvolverem num ambiente cada vez mais saudável. O UNICEF deve continuar a agir como a nossa sentinela em relação à alocação de fundos e em relação às estratégias. É fundamental que o UNICEF continue a ser o reservatório do conhecimento mundial pertinente, que recorra ao nosso conhecimento local, à perícia e aos melhores quadros, para que possa elaborar as estratégias de desenvolvimento, divulgar as boas práticas e as lições aprendidas aqui e ali, para alimentar a estratégia global para as crianças. Vejo, em 2025, as crianças que ainda não são as dos nossos sonhos, mas são certamente muito melhor do que as crianças que temos agora.

### Que precauções Moçambique deve ter para garantir que a visão que elaborou se torne realidade?

O país deve crescer de forma inclusiva. E devemos ter a coragem de continuar a orientar para esta agenda de inclusão. Porquê? Porque esta é uma nação eminentemente jovem. Cerca de 45% dos habitantes são população activa. E cerca de 57% da população é dependente, incluindo os idosos, desempregados e crianças. Isso não se resolve dando dinheiro às pessoas. Não se resolve, apenas, com investimento na educação ou na saúde. Resolve-se, garantindo que os investimentos sejam realizados de modo que cada uma dessas pessoas possa criar o seu próprio rendimento. E isso implica que elas devem ser formadas e preparadas para criar o seu próprio rendimento. As políticas de desenvolvimento devem ser implementadas de forma a ajudar as pessoas a fazer a transição da situação de dependência para a auto-suficiência. Isso implica que, a nível nacional e global, deve haver agendas de desenvolvimento inclusivas, que influenciem o pensamento local e, ao nível local, deve haver o estímulo necessário, de modo que o pensamento endógeno dos moçambicanos traga soluções, de modo que estas soluções sejam aplicáveis e ajustadas à nossa realidade. Portanto, o dinheiro dos grandes projectos deve, não só ir com receita para os investidores estrangeiros, mas também deve ser receita que os moçambicanos possam partilhar, uma grande fatia dessa receita deve ser canalizada para o Orçamento de Estado, para que haja crescimento de dentro para fora e que o investimento inicial seja multiplicado, replicado. Então, poderemos seguir em frente, com maior segurança, todos juntos como um país unido.

### Que tal a criação de um Fundo Soberano de Riqueza?

Acho relevante e urgente. É aqui que as Nações Unidas têm uma grande responsabilidade: fazer circular o conhecimento, as experiências positivas e negativas. Temos a experiência positiva da Noruega, que está a criar grandes reservas do seu petróleo. E a Noruega é, também, um país com elevado nível de desenvolvimento humano e há tão poucos noruegueses que, com o que têm, poderiam continuar a viver a sua vida confortavelmente. Nós somos muitos. Precisamos muito das receitas destes recursos, que ainda não estão disponíveis, precisamos ainda de ter acesso à tecnologia e de investimentos de grande escala em recursos humanos. Portanto, estas reservas do Fundo Soberano são fundamentais. Elas permitem-nos controlar os níveis de corrupção. Recordam-nos que estes recursos se esgotam, por isso precisamos de poupar para o futuro. Elas levam-nos a políticas racionais de gastos, que sejam inteligentes e maduras, sem emoções, com calma. O Fundo Soberano deve ser criado logo que os indicadores financeiros permitam. Portanto, o governo do dia, a Assembleia da República do dia e a sociedade civil - que intervém cada vez mais com tecnologias de informação e comunicação que incentivam o acesso ao conhecimento, debates de qualidade que não tínhamos anteriormente, as redes sociais, etc., - todas as partes interessadas têm, então, a responsabilidade, quando os indicadores mostrarem que a

receitas provenientes dos recursos naturais atingiram x por cento do PIB – e as agências das Nações Unidas podem fazer isso com segurança, de forma independente e neutra - de exigir que guardemos parte para o futuro.

### Na sua opinião, quais serão as principais áreas onde o UNICEF deve concentrar a sua contribuição?

Gostaria de dividi-las em componente global e nacional. Na componente global, necessitamos de manter a capacidade de recolha e processamento do conhecimento dos países, através de pessoas e do conhecimento que lá existe e trazê-lo para contribuir para a elaboração de estratégias locais, na área da criança e em outras áreas de conhecimento. Em segundo lugar, o UNICEF deve continuar a monitorar as principais políticas e estratégias na área da criança. E, finalmente: desempenhar o papel de sentinela, prestar atenção ao que se está a fazer e evitar que fiquemos distraídos. O UNICEF deve continuar a estar presente nos nossos países, ser o símbolo que comanda o respeito por todos, de forma muito suave e simples, mais firme e que influencia mesmo a agenda de outras agendas, porque o futuro, a continuidade das nações implica o trabalho do UNICEF. A preparação do nosso futuro está em jogo. Não vejo necessidade de grandes “revoluções” nas áreas de contribuição do UNICEF em Moçambique. Acho que o UNICEF deve continuar e consolidar, embora as organizações gostem sempre de criar grandes novidades, acho que o UNICEF em Moçambique deve consolidar o seu trabalho. Diria talvez, deve continuar a elaborar os programas que considero como paralelos ou complementares para o bem as crianças. Este é o caso, por exemplo, de todas as formas de violência contra as crianças ou qualquer situação que possa impedir o crescimento saudável das crianças.



### MANUEL CHANG MINISTRO DAS FINANÇAS

Manuel Chang foi nomeado Ministro das Finanças de Moçambique em 2005. Alguns dos cargos que ocupou anteriormente são o de Vice-ministro do Plano e Finanças, Director Nacional do Tesouro e Director Nacional do Orçamento. Ele desempenhou as funções de Presidente da Assembleia-Geral do Banco Comercial de Moçambique e de Presidente do Conselho Auditor do Banco de Moçambique.

### “...O desenvolvimento económico não é possível sem um programa específico de redução da pobreza.”

### Quais são as escolhas políticas feitas pelo Ministério das Finanças que estão relacionadas com as crianças?

O Governo reconhece que o desenvolvimento económico não é possível sem um programa específico de redução da pobreza. Priorizamos os sectores sociais, principalmente a Educação e a Saúde. Estamos a investir na melhoria do acesso à educação e também na saúde neonatal e materna. Temos de cumprir os direitos de todas as crianças, mas com limitações de orçamento, devemos priorizar os aspectos fundamentais, como a educação e a saúde. A infra-estrutura é um dos sectores transversais principais que inclui a água, electricidade, portos, ferrovias e estradas. Também estamos a pressionar por mais investimento na agricultura, pescas, turismo, energia e recursos naturais. Estamos a trabalhar arduamente para garantir um investimento equitativo no capital humano. Estamos a definir critérios para descentralizar o orçamento para as províncias, distritos e municípios, com base no tamanho da população. É evidente que precisamos de reforçar esta abordagem e incluir uma lente de equidade e vulnerabilidade.



**MARIA BENVINDA  
DELFINA LEVI**

**MINISTRA DA JUSTIÇA**

Maria Benvinda Levi Delfina foi nomeada Ministra da Justiça em 2008. Ela é formada em Direito e já ocupou vários cargos administrativos e de gestão relacionados com a magistratura. Ela é membro da Associação Moçambicana de Mulheres no Poder Judiciário e da Associação dos Magistrados e Juizes da Commonwealth.

**“Para aumentar o registo de nascimentos, é preciso superar as barreiras culturais e normas sociais prevalentes.”**

**O registo de nascimentos é de importância estratégica para o Ministério da Justiça; quais são os desafios que subsistem?**

Para aumentar o registo de nascimentos, é preciso superar as barreiras culturais e as normas sociais prevalentes, a falta de conhecimento dos pais sobre a importância do registo de nascimento e os casos de duplo registo. É importante que as crianças sejam registadas antes dos 9 meses de idade, pois é durante este período que as mães costumam levar os seus filhos às unidades sanitárias ou hospitalares para o controlo do peso e vacinação. O apoio do Ministério da Saúde tem sido inestimável ao incluir o registo de nascimento durante as semanas nacionais de saúde. Esta medida ajudou a reduzir a acumulação de casos.

**E quanto às crianças em conflito com a lei?**

Os pais e as famílias têm um papel importante a desempenhar neste domínio e precisam de todo o apoio que possam obter. Também devemos atender às necessidades específicas das crianças com menos de 16 anos e as do grupo etário dos 16 aos 21 anos. Temos de ampliar os serviços comunitários e outras medidas alternativas à detenção. O Governo também deve ter um centro de reabilitação para as crianças com idade entre os 16 e os 21 anos que tenham cometido delitos graves.



**MARIA  
HELENA TAIPO**

**MINISTRA  
DO TRABALHO**

Maria Helena Taipo é Ministra do Trabalho desde 2005. Ela é licenciada em Ciências da Educação e Liderança e Gestão da Educação e é professora de profissão. Foi membro do Conselho de Administração da OIT e Presidente do Comité de Ministros do Trabalho e Acção Social da SADC.

**“... Há uma necessidade de combater as causas do trabalho infantil, tais como a vulnerabilidade das famílias, a pobreza, o HIV/SIDA e o acesso à educação.”**

**Como descreveria o trabalho do Ministério em torno do trabalho infantil?**

O trabalho infantil é um problema real e crítico em Moçambique e existe principalmente no comércio informal, mineração e agricultura. O tráfico internacional de crianças e o trabalho infantil nas cidades fronteiriças são as piores formas de trabalho infantil que temos hoje. Uma vez que se trata de um problema transversal, resolvê-lo requer uma abordagem integrada dos vários intervenientes – daí a necessidade de um plano de acção nacional contra o trabalho infantil com estratégias claras. Este plano está a ser elaborado neste momento, sob a liderança do Ministério do Trabalho. Para prevenir e combater o trabalho infantil, há uma necessidade de combater as suas causas, tais como a vulnerabilidade das famílias, a pobreza, o HIV/SIDA e o acesso à educação. Temos de realizar uma avaliação para ter uma visão clara e uma imagem exacta do problema em termos de números, percentagem e causas. Actualmente, uma lista nacional de trabalhos perigosos está a ser elaborada como um meio de garantir a clareza sobre que formas de trabalho infantil Moçambique considera aceitáveis, tendo em conta os aspectos culturais, tais como a aprendizagem ou tarefas domésticas, e quais são consideradas inaceitáveis devido à sua natureza exploradora, por exemplo o trabalho perigoso.



**MÁRIO FERNANDES DA  
GRAÇA MACHUNGO**  
**EX-PRIMEIRO-MINISTRO  
DE MOÇAMBIQUE**

Mário Fernandes da Graça Machungo foi Primeiro-ministro de Moçambique de 1986 a 1994. Também foi Ministro da Indústria e Comércio e Ministro da Agricultura, e agora é Presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Moçambique. Dr. Machungo foi também Director da Faculdade de Economia na Universidade de Lourenço Marques. É Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.

**“Não é suficiente apresentar programas, é necessário disponibilizar instrumentos para o pensamento, instrumentos para nós pesarmos correctamente sobre o nosso país.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

No quadro actual, se Moçambique for bem gerido, é muito provável que, em 2025, possa ter um Produto Interno Bruto de cerca de 60 bilhões de USD. Há estudos feitos por alguns especialistas que mostram isso, e indicam um Produto Interno Bruto per capita de cerca de 2.100 USD. Moçambique está muito atrasado em termos de desenvolvimento, quando comparado com os seus vizinhos. Mas, de facto, tem que ser ambicioso. Este é um cenário previsível, não é utópico. Será o suficiente para o país permanecer estável: estabilidade política, estabilidade macroeconómica, etc. Se chegarmos a 2025, com um PIB de cerca de 60 bilhões de USD, Moçambique tomará o caminho de um país com uma economia de desenvolvimento médio. Existem condições para que isso aconteça e a primeira é, realmente, esse despertar dos nossos recursos naturais. Mas outros países podem, a qualquer momento descobrir gás, etc., e o gás moçambicano pode perder o seu actual valor comercial.

**Quando se pensa em tirar maior vantagem possível dos recursos naturais como estes, deve-se considerar que eles são finitos.**

Aqui entramos num outro recurso natural que Moçambique tem e um que não se esgota e que é a sua posição geoestratégica. Este activo estratégico pode, realmente, levar Moçambique a atingir estes níveis de crescimento. Moçambique compartilha as suas fronteiras com países que possuem matérias-primas valiosas e cuja saída para o mar é precisamente Moçambique. Esta posição geoestratégica de Moçambique bem explorada com nossos vizinhos representa um enorme potencial de desenvolvimento: não é por acaso que criámos a SADC. Temos 3.000 km de costa. O maior porto de águas profundas nesta parte de África é Nacala. Nacala pode ser um porto muito estratégico para o transporte da zona oriental para o Atlântico Sul, num contexto em que a economia mundial se está a deslocar do Atlântico Norte para o Atlântico Sul e do Atlântico Sul para a Ásia. Além disso, a quantidade de terra arável que temos para a agricultura pode garantir a nossa segurança alimentar. Então, podemos fornecer aos outros, também. Temos grande potencial de energia hidroeléctrica que pode produzir 12.000 megawatts. A região precisa de energia, muita. São activos, não só para nós, mas para a região. Outro aspecto é o turismo: temos os 3.000 km de litoral, temos o potencial para o turismo de safari, etc. Em suma, a minha visão é de optimismo, se tivermos políticas claras. Tudo depende de nós.

**E nessa visão optimista quais seriam as principais precauções a ter em conta?**

Nenhuma visão pode ser realizada sem uma boa planificação, uma boa previsão, estabelecendo prioridades, etc. Também, é necessário dinheiro e recursos humanos, equipa técnica competente. Sem isso, poderemos ter todos esses recursos e continuar pobres. Tudo isso é feito com pessoas que pensam sobre o seu país de forma estratégica. Naturalmente, também temos que contar com o conhecimento que existe no mundo, o nosso capital humano é fundamental.



### Que tal um fundo soberano de riqueza para poupar as receitas dos recursos naturais para o futuro?

Os países que tiveram Fundos Soberanos, a Noruega, por exemplo, são países desenvolvidos que já tinham resolvido os grandes problemas básicos da sociedade: educação, saúde, habitação, etc., mas temos outros países, tal como Timor Leste, que também criou um Fundo Soberano. No entanto, eles incluíram uma salvaguarda para resolver os problemas actuais da população. O problema é como resolver os actuais problemas candentes, enquanto também se pensa no futuro.

### Em toda a visão de desenvolvimento para Moçambique que elaborou, de que maneira poderá o Sistema das Nações Unidas contribuir melhor?

“Não me dê peixe, ensina-me a pescar”. Não é suficiente apresentar programas, etc., é necessário disponibilizar instrumentos para o pensamento, os instrumentos para pensarmos correctamente sobre o nosso país. É necessário formar os moçambicanos para criarem modelos de desenvolvimento para o seu país, para criarem a sua capacidade.

### Qual é a situação de crianças em Moçambique?

A longo prazo, o objectivo deve ser o de dar a todos os moçambicanos um ensino básico de 9 ou 10 anos, que os prepare para continuarem com os seus estudos e entrarem com sucesso no mercado de trabalho e na vida adulta. O que está a ser feito? Os objectivos, as estratégias estão todos escritos. Temos de passar do discurso para a implementação. Temos o problema das crianças portadoras de deficiência. É necessária uma grande estratégia redobrada para lidar com essa questão e ver como responder à necessidade de incluir essas crianças no sistema de ensino, de modo que não fiquem à margem da sociedade. E o ensino pré-primário, onde a pirâmide é mais ampla, como garantir uma educação sólida, a partir da base para cima? Isto não precisa de estudos: já foram feitos. O problema é ajudar o país a implementar as suas políticas, não só o Estado, mas toda a sociedade. E isso implica um grande compromisso entre o UNICEF e as instituições do Estado. Podemos avançar para as estratégias muito concretas.

### Considerando a sua longa experiência, como gestor sénior e líder do governo durante muitos anos, há sempre uma discrepância entre o que está previsto, as políticas e estratégias, e o que é alcançado, às vezes até mesmo desvios. Qual poderá ser a causa disso?

Isto é, de facto, devido à má governação. Um governo, uma organização ou empresa que atribui metas a si e não as cumpre, é irresponsável. A responsabilização é, precisamente, o grande problema.



## MÁXIMO DIAS

### MEMBRO DO COMITÉ DE CONSELHEIROS DA AGENDA 2025

Máximo Dias, advogado, membro do Comité de Conselheiros da Agenda 2025, tem uma longa carreira como advogado e na política e é fundador do Movimento Nacionalista de Moçambique (MONAMO). Em 1999, foi eleito deputado da Assembleia da República pela Coligação Renamo/ União Eleitoral.

**“Existe muita burocracia. Muitos estudos realizados recomendam acções que não são postas em prática: não existe eficácia visível do governo.”**

#### Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?

Como moçambicano que sente e sofre pelo estar da sociedade moçambicana, sinto-me feliz com alguns sucessos, mas a nossa situação actual é muito delicada. Perdeu-se a segurança humana: empresários são sequestrados, a segurança do próprio Estado está ameaçada internamente. É verdade que existem perspectivas do país que estão a passar por uma grande expansão económica, mas infelizmente este crescimento, dentro de 5 a 10 anos, virá apenas do gás do norte de Moçambique. No entanto, mesmo as empresas de gás estão um pouco desestabilizadas. É necessário que todos tenhamos consciência nacional, ministros e todos os membros do governo, para se reflectir sobre como resolver estes problemas rapidamente. Existe muita burocracia. Muitos estudos realizados recomendam acções que não são postas em prática: não existe eficácia visível do governo.

#### Como vê a visão que elaborou da perspectiva das crianças moçambicanas em 2025?

Vejo as crianças moçambicanas na perspectiva de um país numa situação económica delicada: o governo não será capaz de garantir o apoio desejado. Existem organizações de cidadãos, tal como a presidida por Graça Machel, e mesmo pela esposa do Presidente da República, que tentam fazer algo pelas crianças, mas é insignificante para as necessidades existentes. Os pais não são capazes de garantir, pelo menos, uma refeição quente por dia aos seus filhos. Está-se a construir escolas, muitas delas não têm condições mínimas para as crianças estudarem, muitas nem sequer têm carteiras, mesmo na periferia da Cidade de Maputo. Os professores devem ser melhor pagos, estar melhor preparados e mais qualificados. Deve-se empreender esforços para lhes garantir boa formação, condições mínimas de habitação. Mais creches para as nossas crianças. Apenas a classe média, que ainda é muito pequena, está em condições de pagar 250 a 300 dólares por mês. A formação das nossas crianças não pode ser considerada apenas em termos de formação académica, mas também formação moral e social. Os valores colapsaram. As próprias igrejas, que costumavam ser centros de formação moral, também declinaram bastante. E, portanto, vejo o futuro das crianças moçambicanas ainda muito difícil.

#### O que o UNICEF deve fazer?

Temos nas nossas fronteiras a crise do tráfico de menores para o trabalho infantil. Em países, tais como Moçambique, ou as regiões mais pobres da Índia, são os próprios pais, pressionados pela pobreza, que entregam os filhos. Devemos discutir este assunto com cuidado, porque não podemos condenar, totalmente, o trabalho infantil. Existe trabalho infantil que prejudica o crescimento da criança, mas também existe trabalho infantil que apoia a família. As crianças podem fazer isso, desde que não prejudique o seu desenvolvimento e não dificulte o horário escolar normal.



## **NARCISO MATOS**

### **DIRECTOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

Narciso Matos, Director Executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), uma organização da sociedade civil moçambicana civil que promove o desenvolvimento, a democracia e a justiça social. Tem Doutoramento em Química Orgânica pela Universidade de Humboldt, na Alemanha, e Licenciatura em Ciências pela Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, onde, posteriormente, ocupou vários altos cargos académicos e administrativos. De 1996 a 2000, foi Secretário-geral da Associação das Universidades Africanas, em Acra, no Gana, e foi membro do Grupo de Consultores de Ensino Superior do Secretário-geral da UN-CESCO. Professor Matos foi, também, deputado da Assembleia da República de Moçambique e de 2000 a 2007, diretor do Programa de Desenvolvimento Internacional da Fundação Carnegie, em Nova Iorque.

**“Está-se a abrir um abismo entre os que têm e os que não têm. Isso pode ser uma bomba-relógio.”**

#### **Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Esta pergunta teria sido fácil de responder antes do surgimento dos projectos de exploração de recursos minerais e energéticos. Acho que, mais uma vez, estamos num período de grandes escolhas. Temos a oportunidade de fazer escolhas correctas, porque, se tomarmos em conta os recursos que agora começam a ser explorados. Eles podem manter-nos no caminho do crescimento económico, mas poderemos facilmente derrapar para fora da estrada. Vejo que há oportunidades para que possamos continuar a crescer, assim como temos vindo a crescer desde a assinatura do Acordo Geral de Paz. Os próximos dois, três anos serão determinantes.

#### **E sobre que assuntos essas escolhas devem ser feitas?**

O que pode acontecer é o que está a acontecer nos outros países com condições semelhantes, ao mesmo tempo que se regista crescimento, também cresce a incapacidade de melhorar as condições de vida da maioria, em termos de inclusão social. Isso significa que se está a abrir um abismo entre os que têm e os que não têm. Isso poderá ser uma bomba-relógio. Equidade a nível global no país e a nível regional é um dos grandes desafios que enfrentamos. Há pequenos indicadores de tensões sociais, causadas pelas condições que são muito difíceis para muitas pessoas. E temos de reconhecer que isso existe e saber como lidar com isso de uma maneira saudável. Mas, se não o fizermos, então, podemos ter explosões sociais. Mas, vejo uma voz crescente de forças que não são apenas do governo. Há vozes que ouvimos da sociedade, a opinião pública nos meios de comunicação de massa, grupos organizados de cidadãos, etc. Parece-me que o espaço de liberdade está expandir-se e isso dá-me um certo conforto.

#### **Como você veria as crianças moçambicanas em 2025?**

Francamente, não vejo mudanças dramáticas. Ao longo dos próximos cinco anos, quaisquer mudanças substanciais serão ainda menos prováveis do que em dez anos. Temos eleições em 2013, mais as eleições em 2014. Em 2015, o novo governo toma posse, e antes que perceba, cinco anos se passaram. Será um período de gestão de transições.

#### **Em termos de crianças, onde nos devíamos concentrar?**

Acho que a educação é a força libertadora. E nos próximos cinco a dez anos, vejo que o grande desafio é garantir a qualidade do ensino. Expandir o acesso, sim, mas as crianças devem ter acesso a uma educação que lhes dê mais do que o básico da vida, tais como falar, ler e contar. Num horizonte de 10 anos, acho que um desafio será alargar o que já foi alcançado a nível primário para o nível secundário. As altas taxas de acesso que vemos agora são para o primeiro nível do ensino primário. No nível secundário, há uma queda dramática. Então, o que acontece com essas crianças que desaparecem da escola a partir deste ponto? Elas desaparecem do ensino técnico e profissional. Desaparecem da aprendizagem de habilidades para a vida. Além disso, há a questão das desigualdades regionais. Poderia contribuir para a estabilidade, se realmente começássemos a empurrar as províncias de Nampula e Zambézia para a frente, sobretudo quando consideramos que os recursos naturais estão, lá, localizados. Vai ser muito difícil manter o discurso da unidade quando uma criança em Maputo, em média, tem 20 vezes mais de oportunidades do que uma criança na Zambézia. Deve-se empreender esforços na educação e na saúde com uma certa discriminação positiva, de uma forma racional.



**PAULINA CHIZIANE**  
**ESCRITORA**

Paulina Chiziane, escritora moçambicana, iniciou a sua carreira literária em 1984, com histórias publicadas na imprensa moçambicana. Com o seu primeiro, *Balada de Amor ao Vento* (1990), tornou-se na primeira mulher moçambicana a publicar um romance. Desde então já publicou vários romances.

Falando dos benefícios reais para as comunidades dos recursos naturais que estão a ser explorados, há o debate sobre um fundo soberano de riqueza. Alguns propõem que uma forma de garantir que esse fundo produza resultados duradouros seria canalizá-lo à educação e à ciência. O que acha disso?

Uma vez que estes são recursos finitos, então, qual será a nossa estratégia para o futuro? Queremos gastar tudo sem pensar no amanhã? Ou, mesmo que haja necessidades imediatas, queremos preservar alguns deles para o futuro? Para mim parece fazer sentido guardar um pouco para amanhã. Sou a favor de um plano que salve as necessidades das futuras gerações.

**“Em 10 anos, Moçambique poderá avançar com os seus próprios pés, alimentando-se e não sofrendo mais de fome. É possível que Moçambique alcance isso.”**

**Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?**

Em princípio, a minha visão de Moçambique no próximo período não é positiva. Não sou optimista quanto ao nosso futuro. O clima político do país não está claro. Este ano tivemos tiroteios, pessoas inocentes foram mortas. As pessoas não entendem o que os políticos querem para o país. Portanto, é difícil para mim elaborar uma visão do futuro. Além do clima político perturbado, a corrupção continua com níveis muito elevados. Em 10 anos, Moçambique poderá avançar com os seus próprios pés, alimentando-se e não sofrendo mais de fome. É possível que Moçambique alcance isso.

**Que aspectos do passado e do presente a levaram a pensar que Moçambique poderá alcançar essas metas de um país sem fome?**

Tivemos 20 anos de paz, sem guerra. O país cresceu um pouco e pode crescer ainda mais. As pessoas devem ser deixadas em paz, trabalhar em paz, viajar para prosseguir com os seus negócios. As crianças e os jovens devem ter oportunidade de se desenvolverem, de estudar e de ter boas escolas com professores devidamente formados. Os professores devem, também, estar muito motivados. Fala-se de recursos naturais, mas em que mãos eles estão? Iremos todos beneficiar destes recursos naturais? Estes recursos não nos trarão mais problemas do que soluções para os problemas que já temos? Mas a riqueza é nossa, que deverá ser explorada cuidadosamente e distribuída para o nosso benefício, de todos nós. Poderemos eliminar a fome em 10 anos em Moçambique.

**Qual será a situação das crianças moçambicanas em 2025?**

Se conseguirmos eliminar a fome, então não teremos mais estas crianças desnutridas que vemos no campo e nas cidades. Como sabe, a criança desnutrida não tem muitas oportunidades de desenvolver o seu potencial. Porque o intelecto cresce de forma atrofiada, o seu desempenho escolar e a capacidade de compreender as matérias ensinadas na escola são muito fracos. Portanto, as crianças precisam de ser devidamente alimentadas. Não sei se o que estamos a ensinar às crianças é correto para a criança crescer com conhecimentos válidos. As escolas ensinam as mesmas coisas às crianças de todo o país, mas as crianças e os adolescentes vivem em realidades diferentes. Aprendem coisas que são importantes e relevantes para si, através dos seus pais e das comunidades. Portanto, a criança conhece muitas coisas que aprendeu da sua realidade, mas quando chega à escola onde aprende coisas que são diferentes da sua realidade, torna-se “ignorante” e “analfabeta” e fracassa. Viajo muito pelo país e sinto isso. Em Niassa, por exemplo, as crianças e os adolescentes falam com certeza sobre quem foi Mataka, o seu heroísmo e realizações no seu contexto. Como garantir que isso esteja reflectido nos livros de cada região e não seja uniforme?

## O que o UNICEF deveria fazer para melhorar o desenvolvimento da criança nos próximos 5-10 anos?

Insisto na questão da fome. Nenhuma criança se pode concentrar nos estudos se estiver com fome. Viajo muito pelas províncias e o que está a acontecer com os casamentos prematuros é, realmente, repulsivo. Na província de Cabo Delgado, em Nampula, crianças de 10 anos são entregues a homens adultos. Em Inhambane, por exemplo, onde é prática recorrer a curandeiros quando as pessoas têm problemas, este serviço é pago com raparigas que são entregues ao curandeiro como esposas. Também existe um certo tráfico de menores do campo para a Cidade de Maputo. Pessoas com boa situação financeira vão para o campo convencer os seus familiares pobres a enviar as suas jovens filhas para ir e “brincar” com os seus bebés em Maputo. Mas, de facto, usam-nas como babás gratuitamente. Estas raparigas não vão à escola e ficam analfabetas.



### **TEREZINHA DA SILVA** **COORDENADORA** **NACIONAL DA MULHER E** **LEI NA ÁFRICA AUSTRAL**

Terezinha da Silva, Coordenadora Nacional da Mulher e Lei na África Austral (WLSA), uma ONG regional dos direitos da mulher. Com Mestrado em Políticas Sociais e Planificação pela Faculdade de Economia e Ciência Política de Londres, no Reino Unido, Da Silva trabalha como especialista de género desde 1985. É membro da direcção de várias organizações que trabalham em desenvolvimento da comunidade, estudos sociais e assuntos da mulher e do género e tem uma grande experiência de trabalho e de assessoria nos Ministérios da Saúde e da Acção Social. Foi investigadora social desde 1978, em áreas relacionadas com políticas públicas, género e desenvolvimento, integridade no judiciário e trabalho voluntário. Aposentou-se como funcionária pública, após 35 anos de prestação de serviços ao Estado.

**“Estamos agora na fase de plena transformação, que deve ser tratada com muito cuidado, para que os resultados finais sejam realmente os do progresso.”**

#### Qual é a sua visão de Moçambique daqui a 5-10 anos?

O resultado ou a direcção em que essa transformação vai levar o país é, em grande parte, ainda desconhecida. Mas, acho que existem as condições para vermos um futuro de grande progresso para Moçambique, do ponto de vista económico. Mas, estamos agora, realmente, numa fase de plena transformação, que deve ser tratada com muito cuidado, para que os resultados finais sejam realmente os do progresso.

#### Acha que Moçambique ainda poderá voltar à guerra?

Não sei. Gostaria muito de ser mais optimista, mas há sérios desafios pela frente. Não é apenas a questão da guerra. Há questões de governação, de corrupção, de nepotismo e de falta de segurança em geral.

#### Como vê o passado e o presente a contribuírem para essa visão?

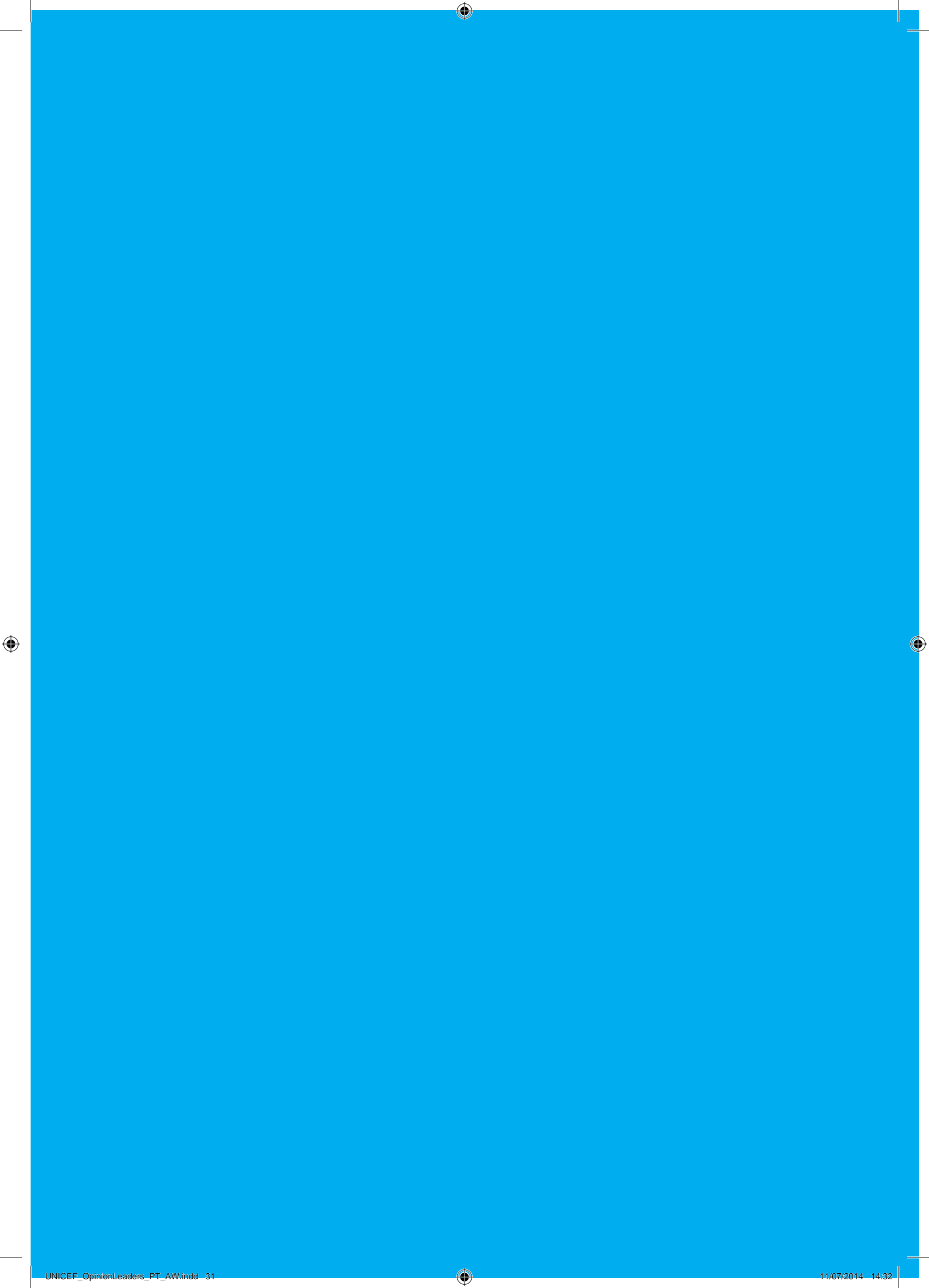
A paz não é ainda segura. Nossa estabilidade ainda é frágil. Muitas coisas ainda podem acontecer. Olhe para o que estamos a ver hoje em dia em Espanha, por exemplo: os ganhos que foram feitos em muitas áreas sociais, particularmente no desenvolvimento da mulher, estão a ser liquidados. A paz em Moçambique precisa, ainda, de ser consolidada e estou realmente muito preocupada com a situação que se vive recentemente, problemas de segurança. Em segundo lugar, temos o problema da gestão dos recursos naturais. Nós perguntamo-nos se esses recursos irão ser uma bênção ou uma maldição. Olhe para os problemas que temos com o reassentamento. Parece que muitas pessoas se estão deslocar de um lugar para outro, sem garantias de uma vida estável, com problemas de compensação, etc. Portanto, temos todas estas preocupações.

### Qual será a situação das crianças moçambicanas em 2025?

Gostaria muito de imaginar as nossas crianças a viverem num ambiente seguro e saudável. Uma questão particular que gostaria é que o registo civil de todas as crianças fosse garantido, com acesso a um bilhete de identidade. A educação e a saúde são outras áreas onde gostaria de ver os direitos das crianças garantidos. Na educação, por exemplo, a qualidade deve melhorar substancialmente, com a introdução de novos conteúdos programáticos, tais como, o respeito pelos direitos humanos. Realmente, o respeito pelos direitos humanos deve ser a base de todas as políticas. A qualidade da saúde das crianças deve, também, melhorar muito. Estou a pensar, especialmente, nos problemas de nutrição. A criança desnutrida não é capaz de ter um crescimento saudável. O potencial de inteligência não se desenvolve e a criança cresce condenada.

### O que o UNICEF deve fazer para contribuir melhor para o desenvolvimento da criança dos 5-10 anos?

Uma criança sem documentos é uma criança sem direitos. O UNICEF deve fazer mais nesta área. Outra questão que nos preocupa muito são os casamentos prematuros: casamentos forçados. Moçambique ocupa a 7ª pior posição para os casamentos forçados. Temos raparigas de 11 anos de idade que sofrem de fístulas obstétricas. Uma criança assim tem todo o seu futuro arruinado. É por isso que temos que falar sobre os programas de educação com base nos direitos humanos. Isso deve ser associado a educação de boa qualidade com uma perspectiva de género. Outra sugestão que gostaria de fazer: parece-me que o UNICEF tinha programas de aprovisionamento de suplementos alimentares em escolas de áreas muito pobres. Isso é extremamente importante, mas não sei se eles ainda continuam.



**As nossas  
crianças em  
2025**